Jornal da apubh
Informativo da Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Ano 1 - Nº 2 - Dezembro de 2004



Reforma do ensino

Projeto do Governo Federal foi debatido em seminário promovido pela APUBH, UFMG e UFOP nos dias 17 e 18 de novembro

Páginas 4 e 5

Os passos dos docentes no Baile do Professor

Página 6 ▶



Disciplinas da Mecânica transferidas para a tarde

Página 7

Final de ano

Um balanço de vitórias e boas perspectivas para 2005

Fim de ano. Em pauta, de novo, as festas, indispensáveis para acalentar sonhos, embalar expectativas e expurgar decepções e perplexidades.

Na conta da alegria, 2004 valeu. Valeu o vigor dos professores da UFMG demonstrado nas eleições da APUBH e da ANDES, a conquista de uma razoável correção salarial, o anúncio do fim do caráter produtivista da GED, a criação de uma nova entidade nacional - o PROIFES, para representar os professores das IFES. E o baile do professor, comemorado com simplicidade, glamour e alegria.

Na conta da perplexidade, as reformas, inaceitáveis, se cassam direitos, a exemplo da reforma previdenciária, um alerta para a reforma universitária.

No campo do ensino superior é imperioso que se preserve e amplie o campo de excelência proporcionado pelas IFES para que as IES garantam o ensino, a pesquisa e a extensão, pois não há universidade sem essa tríade.

As propostas de reforma universitária do Governo apontam para a ampliação do papel das IES, a democratização do acesso e a permanência do jovem nas universidades. Assim, poderemos ter a reestatização de parte do ensino privatizado ou a privatização de recursos públicos. Segundo o Ministro da Educação, trata-se de uma disputa política entre os que defendem os ensinos públicos, gratuitos e de qualidade e os que defendem o ensino como mercadoria.



Nesse quadro de profundas transformações, nenhum ator social pode se furtar ao diálogo, às negociações, à luta. Dialogar, negociar, lutar, ainda que em condições adversas, é obrigação de todas as instituições representativas dos diversos segmentos sociais.

Foi com esse sentido que APUBH, UFMG e UFOP organizaram o seminário sobre a reforma universitária, com a participação do MEC e por meio de diálogos transparentes, como convém aos que querem ampliar conquistas, preservar direitos, compensar ou minimizar possíveis perdas.

É fundamental aos professores das IFES se envolverem nos debates sobre a reforma universitária, sobretudo, ao considerarmos nossa carreira desfigurada e estrangulada, nossos salários defasados, nossas inadequadas condições de trabalho em salas de aula, laboratórios, departamentos e unidades.

Com a certeza de que reconquistamos o direito de dialogar, negociar e lutar em nossa defesa e em defesa das IFES, desejamos a todos um Feliz Natal e um 2005 cheio de energia e realizações.

Correção: Todas as fotografias da edição passada, publicadas sem crédito, são da fotógrafa **Ana Maria Soares.**

Associação Profissional dos Docentes da UFMG - APUBH

Rua Arthur Itabiarano 70, São José - Pampulha - Cep 31275 020 - Tel.: 3441-7211 Fax: 3441-1302 - www.apubh.org.br - apubh@apubh.org.br

Presidente: Robson Mendes Matos **1° Vice-presidente:** Bruno Rabelo Versiani **2° Vice-presidente:** Rosângela Carrusca Alvim **1° Secretária:** Tânia Lúcia Hirochi **2° Secretário:** Herzila Maria de Lima Bastos **1° Tesoureiro:** Maria Inez Melo de Toledo **2° Tesoureiro:** Giovane Azevedo **1° Suplente:** Paulo Roberto Antunes Aranha **2° Suplente:** Irmgard de Assis - **Departamentos – Política Educacional:** Laura Stella Miccoli, Lízia Maria Porto Ramos e Armando Gil Magalhães Neves **Ciência e Tecnologia:** Janetti Nogueira de Francischi, Ione Maria Ferreira Oliveira e Andréa Mara Macedo **Política Cultural:** Ivana Versiani, Lindsley Daibert e José Eduardo Borges Moreira **Etnia, Gênero e Classe:** Dalmir Francisco **Hospital Universitário:** Helena Facury Barbosa, Débora Torres Mendes, Jane Saletti Teixeira Oliveira **Política Sindical:** Otávia Fernandes Souza Rodrigues.

Jornal da APUBH

Comissão Editorial: Dalmir Francisco; José Eduardo Borges Moreira; Lindsley Daibert; Maria Inez Melo de Toledo; Robson Mendes Matos e Rosângela Carrusca Alvim. **Criação e produção editorial:** Duplo Ofício Comunicação Editora **Tel:** (31) 3283-4469 - duplooficio@duplooficio.com.br **Editor e jornalista responsável:** Ronaldo Almeida RP 2705 MG - **Projeto gráfico:** Saturnino Rodrigues e Daniel Gomes - **Diagramação e ilustrações:** Daniel Gomes - **Fotografias:** Gualter Naves - **Supervisão geral:** Sérgio Aspahan

Jurídico recorre de decisão do TCU, que reduziu proventos de **benefícios**

Os docentes aposentados e pensionistas da UFMG poderão ser beneficiados pela Justiça com o recebimento dessa gratificação

Desde agosto de 2002, os advogados da APUBH têm impetrado mandados de segurança em favor de professores com proventos de aposentadoria reduzidos, pois o TCU determinou a revisão dos casos em que houve conversão de tempo de docência para tempo comum. A maior parte das aposentadorias é de 1993 a 1995, quando vigorava, na Administração, a possibilidade de conversão. A UFMG reavalia hoje a situação de dezenas de professores e, em alguns casos, determinou o retorno ao serviço. Felizmente, o Judiciário tem acolhido o argumento da APUBH de que estaria prescrito o direito da universidade rever as aposentadorias, pois foram decorridos mais de cinco anos da concessão. Dos 14 mandados de segurança impetrados em benefício de mais de 20 professores, em apenas dois casos não foi deferida a liminar.

28,86% - O Judiciário já pacificou o entendimento de que os membros do magistério superior não fazem jus ao índice de reajuste sobre os vencimentos de janeiro de 93, devido ao reposicionamento de tabela que elevou a remuneração em até 30,14%. Existe, contudo, uma diferença devida aos ocupantes de cargos de direção e funções gratificadas e aos posicionados na grade da categoria entre Professor Auxiliar 1 e Professor Assistente 2 - estas com variações entre 0,07 e 0,89 % de janeiro de 93 a julho de 98. Os créditos dos casos em que esse direito foi reconhecido estão em apuração para cobrança.

Nos processos julgados improcedentes, a UFMG retomou a cobrança dos honorários de sucumbência devidos aos seus procuradores, valores que variam, em média, de R$ 30,00 a R$ 150,00. Nossos advogados solicitarão audiência com o Procurador Geral da UFMG para pedido de desistência das execuções.

Aposentados - O mandado de segurança impetrado pela APUBH contra a contribuição previdenciária dos inativos foi julgado em parte procedente. Nossos advogados intuem que o julgamento acatou os mesmos parâmetros da ADIN julgada pelo STF, diante de seu efeito vinculante. Assim, tão logo publicada a decisão, os valores depositados a mais serão devolvidos aos professores.

A Previdência e o **servidor federal**

O sistema de Previdência dos servidores públicos federais sofreu três substanciais alterações nos últimos 20 anos - a Constituição de 1988, a Emenda Constitucional nº 20/98, na reforma previdenciária do Governo Fernando Henrique Cardoso, e a Emenda Constitucional nº 41/2003, na reforma do atual governo.

Cada novo modelo exigiu maiores requisitos para a obtenção da aposentadoria e diminuiu o valor dos benefícios. Dentre as inovações trazidas pela Emenda nº 20 estão a instituição de um regime eminentemente contributivo, que substitui o modelo de repartição simples pelo de capitalização; a instituição de idade mínima para aposentadoria do servidor público; o fim da aposentadoria especial do professor universitário e da aposentadoria proporcional, ressalvada a hipótese da regra de transição.

A Emenda 41, especialmente nefasta para os servidores, manteve, por exemplo, a vedação constitucional de provento superior à remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, mas estabeleceu um teto semelhante ao adotado pelo Regime Geral de Previdência – R$ 2.508,72, a partir de julho de 2004, para quem ingressou no serviço público a partir de 1º de janeiro deste ano ou aderiu ao plano de previdência complementar do servidor.

Na página na Internet ou junto à Assessoria Jurídica da APUBH podem ser obtidas mais informações sobre outros pontos, como alteração do critério de cálculo do provento; desvinculação dos proventos em relação aos vencimentos dos servidores da ativa; garantia da equiparação e dos reajustes dos aposentados, pensionistas e servidores que completaram os requisitos para a aposentadoria até dezembro de 2003 e a possibilidade do servidor público, investido antes de 31 de dezembro do ano passado, aposentar com proventos equivalentes à última remuneração.

Reforma do ensino público **superior**

Durante dois dias, professores, alunos, representantes do MEC e de entidades do setor discutiram as propostas oficiais de mudanças na educação



Robson Matos e Ana Lúcia Gazzola



Solenidade de abertura do seminário, no auditório da Escola de Belas Artes da UFMG



Antônio Carbonari Netto, vice-presidente da ABMES

O seminário "Reforma e Reestruturação do Ensino Superior", promovido pela APUBH, UFMG e UFOP, realizado nos dias 17 e 18 de novembro, no auditório da Escola de Belas Artes, no campus da Pampulha, serviu para mostrar pontos de consenso entre entidades do setor e a possibilidade de uma proposta conjunta de mudanças para atender aos interesses da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

A constatação é do presidente da APUBH, Robson Matos, que ressaltou a importância de os professores da UFMG participarem ativamente desse debate. Para isso, a APUBH dará continuidade às discussões sobre a reforma, iniciadas no seminário, e, já no início do ano letivo de 2005, realizará encontros em todas as unidades da UFMG.

Durante o seminário, o presidente do PROIFES, Gil Vicente afirmou ser urgente a reforma do ensino, diante das dificuldades internas de docentes, funcionários e alunos, e que o governo deve discutir o projeto com todos os segmentos, "pois a reforma é complexa e não pode ser feita a toque de caixa. Não queremos barrar o projeto, ao contrário da ANDES-SN, e, sim, debatê-lo, sob o risco de ficarmos no indesejável estágio atual das universidades".



"O PROIFES ouvirá os professores em consultas e debates presenciais e eletrônicos, pois uma reforma contribuirá para as metas de mudanças para o país".

Gil Vicente



"É preciso união em torno de pontos estratégicos, a fim de que o projeto chegue ao Congresso como fruto de entendimentos das IFES"

Jairo Jorge



"É preciso um novo conjunto de normas atuais para reger a educação superior pública e privada, também sujeita às normas federais"

Ronaldo Mota

Convidado para expor a proposta do governo, o secretário executivo adjunto do MEC, Jairo Jorge, disse identificar no processo de discussão uma parcela da representação docente que visa fortalecer as IFES e outra que busca manter o quadro atual das unidades. "No primeiro caso, se procura discutir para aperfeiçoar as IFES. No segundo, só há desejo de disputar e derrotar o governo".

Divergências

"Existem divergências, mas é preciso união em torno de pontos estratégicos, a fim de que o projeto chegue ao Congresso como fruto de entendimentos das IFES", disse ele, que ainda garantiu a participação de representantes do PROIFES nos grupos de trabalho e discussões do MEC, o que referenda o reconhecimento da entidade feito pelo ministro Tarso Genro, em novembro. Para Jairo Jorge, esse reconhecimento mostra que o MEC busca debater com todos os segmentos e repudia atitudes monopolistas, como as manifestadas pela ANDES-SN, "que chega a interferir no movimento estudantil com apoio financeiro a chapas em disputa". Ele criticou ainda a ANDES-SN de omitir para os docentes informações a respeito da MP 208, que congela a GED.

A reitora da UFMG, Ana Lúcia Almeida Gazzola, também defendeu no seminário a necessidade de maior tempo para a discussão da reforma, "a fim de se abrir uma janela de oportunidades para as IFES, porque, hoje, elas estão 'pesadas' para serem administradas, pois não podemos perder esse bonde da história; por isso é preciso de união".

Normas

É preciso um novo conjunto de normas para reger a educação superior pública e privada, disse o secretário-executivo do Conselho Nacional de Educação, Ronaldo Mota. Ele disse ainda que a reforma busca recuperar a capacidade de o poder público regular o setor privado, pois o país teve crescimento elevado de oferta de vagas na última década, sem critério de qualidade e rigor no exame das necessidades regionais e sociais. "A nova legislação garantirá regras de qualidade para a abertura de instituições e cursos".

A autonomia universitária pública poderá se fortalecer, segundo ele, por um fundo vinculado ao orçamento e destinado à qualificação e expansão do sistema de ensino, que possibilitará aos gestores, em médio prazo, saberem o mínimo que receberão, em duodécimo. Para usar o nome universidade, o setor privado terá de se submeter a uma série de ações, via órgãos colegiados, como planos de carreira para os docentes e um conjunto de elementos para atender aos alunos e docentes. "Hoje, por falta de uma regulamentação adequada, esta relação é quase ilimitada, no limite do promíscuo".

Na condição de docente da Universidade Federal de Santa Maria – RS, Ronaldo Mota disse ver com bons olhos e simpatia o surgimento de uma nova entidade que represente os docentes das IFES.

apubh Jornal da

Alegria e confraternização no Baile do **Professor**





Robson Matos, à direita, com esposa e amigos

Muito desprendimento e improviso extraclasse marcaram os passos de mais de 600 associados da APUBH na pista de dança do Iate Tênis Clube, na Pampulha, na noite do sábado 20 de novembro, durante o Baile do Professor de 2004.

A festa foi marcada por uma perfeita organização, pela escolha de um bom atendimento de *buffet* e uma boa música, que se refletiram em uma pista repleta de animados docentes, que dançaram até a madrugada de domingo ao som da banda Vocalize.

Durante o baile, a APUBH sorteou passagens para Porto Seguro e Salvador. Os ganhadores foram os professores Thomas la Borie Burns, da Faculdade de Letras, e Gisele Brandão Machado de Oliveira, do Coltec.



José Eduardo Moreira, ao centro, com esposa e amigos



Alfredo Melo, Marlene Catarina, Zenilda Cardeal, Hudson Amaral e Ione Maria Ferreira



Thomas la Borie Burns recebe prêmio das mãos de Robson Matos

Jornada de trabalho na Mecânica é **alterada**

Parecer Jurídico da APUBH ajuda na alteração de horários de disciplinas na Engenharia Mecânica

O parecer contrário da Assessoria Jurídica da APUBH, em setembro, à prática atual de professores do Departamento de Engenharia Mecânica da UFMG ministrarem aulas pela manhã e à noite, em um mesmo dia, levou a coordenação do curso a transferir disciplinas do primeiro para o segundo horário, no início de 2005.

O assunto foi levado à APUBH pelo professor Carlos Alberto Cimini, devido à permanência dos docentes por mais de 12 horas na universidade. "As aulas pela manhã e à noite nos leva ao cansaço extremo, pois nos obriga a permanecer na universidade durante todo o dia e ociosos à tarde", diz Cimini.

O professor Geraldo Campolina defende as aulas à tarde e à noite, pois permitem tempo para o descanso e outras atividades acadêmicas dos docentes. "A mudança é benéfica, pois professores com aulas pela manhã e à noite já chegaram quase ao desmaio dentro de sala de aula no horário noturno".

Os advogados da APUBH avaliaram que o Decreto 1.590/95 ressalta a prevalência do interesse administrativo público sobre o do servidor e que cabe ao departamento fixar o período e os intervalos da jornada de trabalho. No entanto, o intervalo intrajornada não pode exceder três horas, sob pena de a administração ter de pagar horas extras.

Em 19 de outubro, a procuradora Federal da UFMG, Maria de Lourdes Rosa Doyle, respondeu ao estudo da APUBH, em parecer ao procurador-geral da universidade, Carlos Vitor Alves Delamonica, e acrescentou que a Constituição Federal exige respeito ao espaço de 11 horas entre jornadas. No dia 26 de outubro tal parecer foi encaminhado ao diretor da Escola de Engenharia, Ricardo Nicolau Nassar Koury.



De acordo com o chefe do Departamento de Engenharia Mecânica da UFMG, Roberto Márcio de Andrade, a implantação do curso noturno, de dois novos cursos de doutorado e o início da mudança curricular, em 2001, exigiram prioridades, a exemplo da definição de novos horários de laboratório e como lidar com o perfil do curso noturno. "Assim, não foram possíveis mudanças bruscas, mas, agora, a transferência permitirá uma rotina mais confortável para os docentes", diz o chefe do departamento.

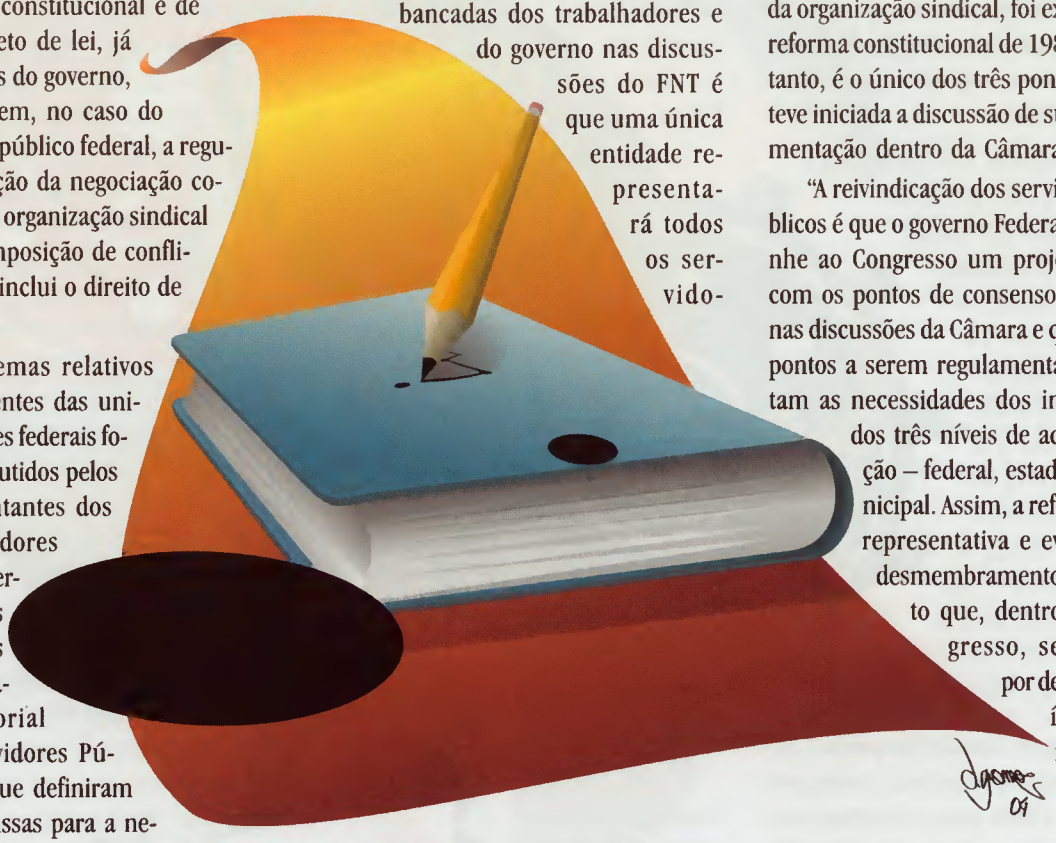
Para analisar situações semelhantes, a Assessoria Jurídica da Apubh se coloca à disposição de professores de outros departamentos da UFMG.

apubh Jornal da

O docente na reforma sindical

Negociação coletiva, direito de greve e organização sindical serão regulamentados

As discussões sobre a reforma sindical dentro do Fórum Nacional do Trabalho – FNT, iniciadas no final de julho do ano passado, permitiram a elaboração de proposta de emenda constitucional e de anteprojeto de lei, já nas mãos do governo, que exigem, no caso do servidor público federal, a regulamentação da negociação coletiva, da organização sindical e da composição de conflitos, que inclui o direito de greve.



Os temas relativos aos docentes das universidades federais foram discutidos pelos representantes dos trabalhadores e do governo nas reuniões da Câmara Setorial dos Servidores Públicos, que definiram as premissas para a negociação coletiva dos servidores – dentre elas, a competência para tratar da política salarial, quanto aos aspectos de revisão geral anual, seguridade social, direitos coletivos, melhoria dos serviços públicos, diretrizes gerais para planos de carreiras.

Um ponto de consenso entre as bancadas dos trabalhadores e do governo nas discussões do FNT é que uma única entidade representará todos os servidores de um mesmo local de trabalho. Assim, nas universidades federais, por exemplo, professores, pessoal administrativo, seguranças, etc., integrarão uma única entidade.

A negociação coletiva é uma histórica reivindicação dos servidores, mas que, ao contrário do direito de greve e da organização sindical, foi excluída da reforma constitucional de 1988. No entanto, é o único dos três pontos que já teve iniciada a discussão de sua regulamentação dentro da Câmara.

"A reivindicação dos servidores públicos é que o governo Federal encaminhe ao Congresso um projeto de lei com os pontos de consenso firmados nas discussões da Câmara e que os três pontos a serem regulamentados reflitam as necessidades dos integrantes dos três níveis de administração – federal, estadual e municipal. Assim, a reforma será representativa e evitará um desmembramento do projeto que, dentro do Congresso, se tornará por demais diluído e, por isso, mais difícil de ser negociado", diz a integrante da Câmara Setorial dos Servidores Públicos, Lúcia Regina dos Santos Reis.

NOSSACOOP - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda.

SEDE (Campus UFMG): Avenida Antônio Carlos, 6627 – Praça de Serviços – 2º andar - Bairro Pampulha – Belo Horizonte/MG – CEP 31.270-010 - PABX: (031) 3492-8616

PAC - CEFET: Avenida Amazonas, 5253 – Lojas 237/239 - Campus I – CEFET - Bairro Nova Suiça – Belo Horizonte/MG – CEP 30.480-000 - Telefone: (031) 3371-1644

PAC - CAMPUS SAÚDE: Avenida Alfredo Balena, 190 – Sala 1002 – Bairro Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100 – Telefone: (031) 3274-2266

PAC - NOVOS HORIZONTES: Rua Alvarenga Peixoto, 1270 - Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP 30.180-120 - Telefone: (031) 3292-2222

nossacoop
A Nossa Cooperativa de Crédito